

Resumo

O presente estudo teve por objetivo geral identificar e analisar os desafios enfrentados pela gestão educacional para promover o Ensino Religioso nas escolas públicas do município de Vila Velha (ES). Justificando este estudo, entende-se que o momento social é de transformações intensas. Contudo, parece que a sociedade não está pronta para a aceitação de direitos que, por muito tempo, foram negados. O direito às manifestações religiosas, por exemplo, embora legitimado desde a Constituição Federal de 1988, ainda há resistência e preconceito em um dos países mais religiosos do mundo. O desenvolvimento deste estudo se baseou na importância de se abordar um tipo de preconceito presente no Brasil, por meio do qual cada vez mais registram-se queixas de preconceito e discriminação religiosa. A escola é agente formador e transformador. Nela chegam todas as manifestações de problemas sociais. Diante disso, faz-se necessário conhecê-los e entender suas dimensões para elaborar estratégias visando superar tais obstáculos. Afinal, é na escola que a religião precisa ser compreendida como ciência, necessidade e agente promotor de respeito e convívio. Assim, faz-se necessário investigar os motivos de preconceito, discriminação e da não democracia religiosa, ainda frequentes na escola pública. Em relação à metodologia adotada, os passos necessários envolveram: a) pesquisa exploratória e descritiva; b) pesquisa bibliográfica; c) pesquisa documental; d) pesquisa de campo; e) entrevista em profundidade. No que tange às religiões, este estudo adotou abordagem inter-religiosa, por considerar que, para a gestão escolar que pretenda respeitar a laicidade da Educação, torna-se importante promover o Ensino Religioso, visto ser fundamental a defesa do pluralismo religioso. Para a coleta de informações, optou-se por fazer entrevistas com professores/as e gestores/as de escolas municipais de Vila Velha (ES), em que são ministrados Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. As entrevistas foram feitas com três profissionais, sendo 1 gestor/a e 2 professores/as, os quais preferiram não se identificarem, nem às suas respectivas unidades de ensino – posto que relataram problemas ocorridos no interior das escolas, ao longo do ano de 2019, envolvendo questões relacionadas à intolerância religiosa e/ou dificuldades para fazer valer o princípio da laicidade do Estado, bem como para promover a inclusão religiosa.